



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## DESVELANDO A IDEOLOGIA: A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS SEXUALIDADES

João Diogenes Ferreira dos Santos  
(UESB)

Marcos Silva Marinho  
(UESB)

### RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de discorrer a respeito da construção social do sexo, do gênero e da sexualidade. Esses elementos serão abordados enquanto componentes discursivos da ideologia heteronormativa e da homofobia. Esse arranjo ideológico é decifrado por meio do diálogo com alguns teóricos. Com base neste arcabouço teórico, foram analisados os dados do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, no ano de 2011, realizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e do Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT), relativo ao ano de 2012, de autoria do Grupo Gay da Bahia (GGB).

**PALAVRAS-CHAVE:** Sexualidades. Ideologia. Violência.

### INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, a sociedade brasileira vivencia o debate público sobre as diversas expressões sexuais existentes e a publicização das várias formas de violência sofridas pelas pessoas que não se enquadram no modelo de sexualidade e de gênero, definido ideologicamente. Neste sentido, o objetivo deste artigo é

---

·Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pesquisador do Museu pedagógico e professor do Programa de Pós-Graduação de Memória, Linguagem e Sociedade.

·Discente do Curso de Direito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

discorrer a respeito da construção social do sexo, do gênero e da sexualidade. Esses elementos serão abordados enquanto componentes discursivos da ideologia heteronormativa.

No campo do senso comum, muitas pessoas ainda acham que a sexualidade é de foro íntimo e natural, que se manifesta em uma única expressão, a heterossexualidade. Torres (2010, p. 23) sublinha que “as práticas sexuais foram naturalizadas para controlar o corpo dos sujeitos, restringindo suas possibilidades de expressão da diversidade sexual.”

Por isto, podemos afirmar que há um conjunto de normas sobre a sexualidade, que podem ser jurídicas ou não, que determinam as identidades de gênero e sexuais, os papéis sexuais e a orientação sexual do desejo<sup>475</sup>. Esse conjunto de normas parte de uma construção social que confundi o sexo com a sexualidade. Diferente dessa acepção, o sexo está relacionado à anatomia sexual do macho e da fêmea, conforme aborda Picazio (2010, p. 31), quando diz: “quando nascemos, de acordo com nossas características corporais, somos registrados como macho e fêmea. Quando falamos em sexo masculino ou feminino, estamos nos referindo às características dos órgãos sexuais e à predominância deles em nosso corpo”. Já a sexualidade é uma construção sócio-histórica, que se relaciona com a classe, a etnia, o sexo e o gênero, constituindo-se como elemento essencial para nossa condição humana (LOURO, 1997). Portanto, sexo e sexualidade não são sinônimos, relacionam-se, mas são distintos.

A determinação biológica dos sexos estabelece a definição de ser menino e de ser menina. Essa definição dá base para os papéis sexuais, que se referem aos comportamentos, às atitudes, às expressões, ligados ao que conhecemos como masculino e feminino (PICAZIO, 2010).

---

<sup>475</sup> Borrillo (2010, p.23) menciona que “a orientação sexual é uma componente da sexualidade enquanto conjunto de comportamentos relacionados com a pulsão sexual e com a sua concretização. Se a atração sexual é dirigida para pessoas do mesmo sexo, designamos tal orientação por homossexualidade; se ela se inclina para o sexo oposto, trata-se de heterossexualidade; e, ainda, de bissexualidade, se o sexo do parceiro é indiferente.”



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Com base nesta construção ideológica, as reações positivas ou negativas, diante do comportamento das crianças, fazem da infância um momento crucial para o aprendizado da sexualidade. As normas são moduladas entre os diversos espaços de sociabilidade da infância, definindo uma gama de situações referente ao binômio menino/menina. Brinquedos, brincadeiras, jogos, cores, comportamentos, atitudes se enquadram nesse modelo. Contudo, apesar de serem distintos, os comandos que afirmam a identidade masculina ou feminina da criança, no seio familiar, na escola, ou qualquer espaço, significam representações de um mesmo substrato ideológico.

A classificação das pessoas realizada pelo critério do sexo biológico indica que o binômio sexo-gênero é utilizado como referência para consolidar as representações ideológicas femininas e masculinas. A produção da sexualidade e do gênero como categorias constitutivas de duas identidades, a feminina e a masculina, ocorre nos e pelos discursos (FOUCAULT, 2003). Grosso modo, o primeiro lugar em que estes elementos são projetados é o discurso. Uma criança recém-nascida só irá estabelecer alguma relação de pertencimento a determinado gênero a partir do instante em que adquire consciência da associação feita entre o seu sexo biológico e o seu respectivo gênero. Para tanto, por não serem o sexo e o gênero saberes inatos, o discurso impõe-se à produção das sexualidades.

Partindo da tese de Michel Foucault(2003), foi a partir do século XIII que o sexo foi inserido como objeto de investigação para os saberes e de normatização para o poder. O autor não nega a discriminação e o aviltamento às pessoas não heterossexuais que precederam este marco. Contudo, afirma que a utilização do sexo como parâmetro decisivo para a definição de estigmas e limites aos homossexuais passou a ser sistemática, nesse período.

Foucault (2003) analisa as transformações nas classes sociais europeias e observa que a ascensão da burguesia ao poder serviu como elemento desencadeador de uma transformação do que era pensado a respeito do sexo. Se



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

para a aristocracia nobiliárquica o corpo representava, por si só, um elemento que a diferenciava dos demais setores da sociedade, para a burguesia não foi diferente. Entretanto, foi por meio do sangue que a nobreza se especificou e isto, obviamente, não foi possível à burguesia reproduzir. Iniciou-se assim, espontaneamente, uma série de constrictões ao desejo e ao prazer.

O corpo passou a ser objeto de uma especificação tão determinada em busca da distinção da burguesia com as demais classes sociais. Com isto, essa classe em ascensão erigiu sobre si uma infinidade de regras morais que atuariam para a construção de um ser virtuoso, puro e sadio. Este conjunto normativo se disseminou nas sociedades do Ocidente e, até os dias atuais, se faz presente, sendo referência para o viver.

Na sociedade brasileira, a utilização da força, do vigor, da saúde e da vida como argumentos para afirmar a relevância da manutenção dos limites aos corpos persiste. Estes aspectos revelam a similitude entre os objetivos da burguesia europeia, mencionados por Foucault, e os objetivos das classes dominantes atuais que controlam e disciplinam o corpo, dentro dos parâmetros determinados socialmente e naturalizados ideologicamente. O domínio sob o sexo é um exemplo dessa realidade.

Ademais, os saberes médico, psiquiátrico, jurídico, entre outros se voltaram para o sexo. A ciência advertiu a sociedade dos males que as práticas sexuais podiam ocasionar. Muitos discursos médicos encararam o sexo como um vetor de doenças, ou ainda, como um delicado e temerário instante da vida secreta das pessoas - o sexo devia ser discreto e cauteloso (FOUCAULT, 2003).

Outro discurso, que colaborou com a visão acima mencionada, foi o religioso. O cristianismo, substanciado pelos elementos culturais judaicos e helenísticos, moldou o pensamento ocidental, colocando o sexo somente para procriação, proibindo, assim, o prazer. Em outras palavras, a relação entre homens e mulheres é exclusivamente para procriação, quaisquer aspectos que fujam desse



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

padrão são encarados como sujos e pecaminosos. Neste sentido, o corpo desejanter era combatido pela Igreja, entendido como o pecado da carne (DEL PRIORE, 2011), que deveria ser penalizado e purificado.

Nesta mesma linha de pensamento, Torres (2010, p. 24) aborda que:

Do século XV ao XXI, articula-se, tanto na Igreja Católica quando no mundo por ela influenciado, uma moral que vê o sexo apenas como uma forma de procriação. Nesse período, os pecados sexuais são de dois tipos: consonantes com a natureza (fornicação, adultério, incesto, estupro e rapto) e contrária à natureza (masturbação, sodomia e bestialidade). Os pecados consoantes com a natureza como o estupro, adultério, etc., quando realizados por homens, sempre encontraram certa convivência social, como se eles possuíssem um menor gravidade.

Dentro da concepção judaico-cristã, as práticas sexuais foram naturalizadas e utilizadas para controlar o corpo e os desejos dos sujeitos, restringindo as possibilidades da diversidade sexual. Todas as expressões, que fujam dos arranjos ideológicos, são compreendidas como pecado, doença, inferioridade, monstruosidade e crime, segundo Borrilo (2010, p. 16)

[...] os comportamentos heterossexuais são únicos que merecem a qualificação do modelo social e de referência para qualquer outra sexualidade. Assim, nesta ordem sexual, o sexo biológico (macho/fêmea) determina um desejo sexual unívoco (hétero), assim como o comportamento específico (masculino/feminino). Sexismo e homofonia aparecem, portanto, como componente necessário do regime binário das sexualidades. A divisão dos gêneros e o desejo (hétero) sexual funcionam, de preferência, como um dispositivo de reprodução da ordem social, e não como um dispositivo de reprodução biológica da espécie. A homofobia torna-se, assim, guardiã das fronteiras tanto sexuais (hétero/homo) quanto gênero (masculino/feminino).

Portanto, criou-se um modelo societário em que o normal é ser homem branco, heterossexual, ocidental, oriundo das classes dominantes, provedor, viril e



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

forte. Podemos, então, afirmar que esse homem é considerado superior, que se encontra no cume da cadeia hierárquica, e, por sua vez, domina dentro dos padrões da heteronormatividade. Segundo Guacira Louro (1997, p. 82)

Processos heteronormativos de construção de sujeitos masculinos obrigatoriamente heterossexuais se fazem acompanhar pela rejeição da feminilidade e da homossexualidade, por meio de atitudes, discursos e comportamentos, não raro, abertamente homofóbicos. Tais processos produzem e alimentam a homofobia e a misoginia, especialmente entre meninos e rapazes. Para eles, o “outro” passa a ser principalmente as mulheres e os gays e, para merecerem suas identidades masculinas e heterossexuais, deverão dar mostras contínuas de terem exorcizado de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade. À disposição deles estará um inesgotável arsenal de piadas e brincadeiras. E eles deverão se distanciar do mundo das meninas e ser cautelosos na expressão de intimidade com outros homens, conter a camaradagem e as manifestações de afeto, e somente se valer de gestos, comportamentos e ideias autorizadas para o “macho”.

Nessa linha de pensamento, aqueles que se encontram fora desses padrões, erigidos pela heteronormatividade, enfrentam, em seus cotidianos, inúmeras manifestações de violência que vão desde a uma simples brincadeira, expressa em piadas, até a morte, a destruição e o silenciamento do corpo e da sexualidade. São diferentes situações de discriminação, preconceito, agressões físicas e psicológicas, muitas delas realizadas por pessoas conhecidas, da família, da vizinhança, do trabalho e da escola.

Posto isto, podemos afirmar que a intolerância e a violência, presentes no tratamento dado aos diferentes, consubstanciam a homofobia para segregar, humilhar, desumanizar e silenciar as pessoas não heterossexuais, as lésbicas, os gays, as travestis, as transexuais e os transgêneros.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Essa conduta marca violentamente a trajetória dessas pessoas que, além de sofrerem com a segregação e a vigilância sobre seus comportamentos sexuais, ainda são, em não raras ocasiões, ironicamente questionadas sobre sua orientação sexual. Este fenômeno é conhecido como “política do armário” e hodiernamente vem sendo tema de piadas em programas de televisão e rádio, veiculados pela grande mídia no Brasil.

Desta forma, a visão predominante no imaginário da sociedade é a de que os indivíduos não heterossexuais rejeitam o seu sexo natural para assumir identidades que resultam de problemas situados na infância ou adolescência (abusos sexuais, convivência com homossexuais ou demora na iniciação de suas relações íntimas) ou do prazer perverso que sentem, isto é, da atração que possuem pelo que é considerado sujo e imoral.

Junqueira e Prado (2011, p. 56) se referem a tal situação através da expressão “pedagogia do insulto” que, segundo eles, “tende a elevar dramaticamente o custo social da “revelação” da homossexualidade e, por isso, costuma ser acompanhada de tensões entre ocultação e visibilidade da diferença”.

A violência assume, em suas diversas formas, um papel instrumental e necessário à coerção sexual advinda da ideologia heteronormativa. Por meio dela, a hierarquização da sociedade é incorporada pelos sujeitos que destoam dos padrões heterossexistas. As experiências de agressões e intimidações alojam na comunidade LGBT o medo, a humilhação, a dor e a morte.

Esta violência circunstanciada pela intolerância ao comportamento das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, dá-se o nome de homofobia (BORRILLO, 2009).

Expoente entre os estudiosos da homofobia, Daniel Borrillo (2009, p.18) considera-a:



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

um fenômeno complexo e variado. Podemos entrevê-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado; no entanto, ela pode revestir-se também de formas mais brutais, chegando inclusive à exterminação, como foi o caso na Alemanha nazista. Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais. Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária, e a purificação pelo fogo inquisitorial é uma consequência lógica. Se seus atos sexuais e afetivos são tidos quase como crimes, então seu lugar natural é, na melhor das hipóteses, o ostracismo, e na pior, a pena capital, como ainda acontece em alguns países. Considerado um doente, ele é objeto do olhar clínico e deve se submeter a terapias que a ciência lhe recomenda, em especial os eletrochoques utilizados no Ocidente até os anos 1960. Se as formas mais sutis de homofobia denotam uma tolerância em relação a lésbicas e gays, isso só é feito atribuindo-se a esses sujeitos um lugar marginal e silencioso, o de uma sexualidade considerada incompleta ou secundária.

Conforme acentua Borrillo, a homofobia manifesta-se de diferentes maneiras. As lésbicas, por exemplo, são discriminadas de um modo aparentemente mais sutil que as pessoas que vivenciam as demais sexualidades marginalizadas. A lesbofobia, em suas diversas formas de manifestação, é pouco notada pela sociedade. Isto advém de uma dupla opressão sofrida por mulheres, em consequência do sexo biológico e da orientação sexual com as quais são identificadas (BORGES, 2005)

A invisibilidade das mulheres lésbicas é o efeito produzido pelas normas de gênero e pela heterossexualidade compulsória. Seus corpos foram situados pela ideologia heteronormativa como objetos ao desejo masculino. A identidade sexual lésbica foi transformada em fetiche, isto é, erotizada mediante o desejo do homem em aventurar-se numa experiência sexual com duas ou mais mulheres, permanecendo ele como núcleo dessa relação. Nesse caso, elas permaneceriam em conformidade aos padrões heteronormativos e apenas se sujeitariam a tal fantasia para propiciar prazer ao homem.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Quando lésbicas manifestam sua sexualidade, os assédios denotam o olhar vigilante das fronteiras de gênero. Esse olhar as persegue, sugerindo a cura para o disformismo de seus comportamentos. Nessa situação, muitos homens as veem como mulheres frustradas, frígidas, e propõem o próprio falo como um elemento transformador. O olhar heteronormativo sugere que a sexualidade das mulheres lésbicas seja consequência da ausência de uma experiência sexual viril o suficiente para completa-las.

De modo geral, os componentes étnicos e classistas acentuam a discriminação contra as pessoas não heterossexuais. A lésbica, o travesti ou o gay que seja negro, pobre ou que resida em zonas consideradas periféricas, por exemplo, é retaliado de forma mais violenta. O capital simbólico, isto é, o prestígio que deriva destes componentes sociais clássicos (classe, gênero e etnia), pode atenuar a discriminação contra a sexualidade desses indivíduos, contudo jamais poderá projetá-los livres do “carma” que os toma (BOURDIEU, 1998).

A homofobia atua com características próprias a cada identidade sexual. Porém, a anormalidade enxergada na sexualidade das pessoas não heterossexuais é trivial no contínuo processo de hierarquização sexual da sociedade. A violência brutal as inferioriza e, repetidas vezes, fomenta realidades trágicas e cruéis.

A homofobia está também inserida nas instituições públicas. A escola, as forças armadas, a justiça, a polícia e outros órgãos da administração pública não estão isolados das redes societárias. Eles envolvem situações de explícita discriminação e violência homofóbica. Nesses espaços, a heteronormatividade é criadora de diferenciações ilegais, porém, corriqueiras (MARINHO e SANTOS, 2012).

A heteronormatividade, inerente ao cenário social brasileiro, constituiu a histórica vulnerabilidade da comunidade LGBT. Em diferentes direções ela aponta, atingindo a sociabilidade dessas pessoas até mesmo perante o Estado. A violência, em suas diversas formas, está marcada nas trajetórias de brasileiras e brasileiros



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

que, julgados em tribunais de rua, não mereceram mais que o escárnio como resposta as suas desonestidades sexuais.

As denúncias do movimento LGBT revelam que os dados da violência contra homens e mulheres homossexuais são alarmantes, revelando, nos últimos anos, assassinatos de centenas de gays, travestis e lésbicas no país. Pesquisas recentes sobre a violência contra a população homossexual informam sobre a dinâmica silenciosa e cotidiana da homofobia. Entre elas, destacamos os resultados do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, ano de 2011, realizado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, e do Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT), relativo ao ano de 2012, de autoria do Grupo Gay da Bahia (GGB).

O relatório da Secretaria Nacional de Direitos Humanos é constituído de dados obtidos através de políticas governamentais para recebimento de informações. O “Ligue 180”, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Ouvidoria da Saúde e o Disque Direitos Humanos foram as principais fontes deste documento.

Quanto ao sexo biológico das vítimas, 67,5% destas nasceram do sexo masculino, e, 26,4% do sexo feminino, e, 6,1% de não informados (BRASIL, 2012). Estes dados corroboram a tese da invisibilidade das mulheres e sustentam a ideia de que o sexismo as atribui uma sexualidade de menor importância. A lesbofobia conjuga a mulher lésbica à dominação simbólica e ao silenciamento de sua sexualidade, porque a considera menos relevante que a do homem.

Quanto à orientação e identidade sexual, foi relatado que 6,7% das vítimas são lésbicas; 36,5% são gays; 0,84% bissexuais (0,42% homens bissexuais e 0,42% mulheres bissexuais); 50,5% são travestis e 2,3% são heterossexuais (1,8% de homens heterossexuais e 0,5% de mulheres heterossexuais) (BRASIL, 2012).

O maior índice de violência recai sobre as travestis. Esta realidade aduz à concepção de que estes sujeitos são os mais estigmatizados pela



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

heteronormatividade, pois as travestis possuem identidade dupla, pois se sente homem e mulher, ao mesmo tempo e adéquam o seu corpo a essa identidade sexual (TORRES, 2010). Por isto, são vítimas de várias formas de violência, porque rompem com a concepção estabelecida de gênero e sexualidade.

Já o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT), relativo ao ano de 2012, realizado pelo Grupo Gay da Bahia, por meio da coleta das notícias dos crimes de ódio apresentadas pela mídia, aponta o estado de Alagoas é, em termos relativos, o estado mais perigoso para população LGBT. A Paraíba ocupa o segundo lugar, seguido do Piauí. Tais dados confirmam que na região Nordeste a incidência da homofobia é maior. Nesta região, composta por 28% da população brasileira, concentra 45% das mortes, motivadas pela homofobia. O Sudeste possui 23% das mortes, seguido pela região Sul com 10%, o Norte apresenta o percentual de 13% e o Centro Oeste com o menor índice de 9%. O Relatório afirma ainda que o ano de 2012 foi o mais violento para as lésbicas, se comparado com os anos anteriores.

Desde a primeira pesquisa, nunca foram noticiados tantos assassinatos. Vale ressaltar que entre 1980 e 2002, foram assassinados 2.218 homossexuais. De acordo com citado Relatório de 2012, ocorre um assassinato de homossexuais a cada 26 horas no Brasil. Entre essas mortes, 56% são de gays, 37% de travestis e 5% de lésbicas e 1% de bissexuais.

É nesse cenário de violência, alimentado pela ideologia heteronormativa, as lésbicas, os gays, os travestis e as transexuais são metamorfoseados em condenados por infringirem a norma naturalizada da sexualidade, rompendo com a concepção ideológica de uma única orientação sexual, a heterossexualidade. Além disto, o famigerado sistema homofóbico possibilita que essa população LGBT seja destituída de direitos e da proteção do estado. Portanto, garantir a diversidade sexual enquanto direito é permitir que esse sujeitos expressem seus desejos e identidades sexuais, ou seja, que possam viver.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. *A chave do armário: homossexualidade, casamento e família*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

BORGES, Lenise Santana. *Visibilidade lésbica: um comentário a partir de textos da mídia. Sexualidade: gênero e sociedade*. Rio de Janeiro, ano XII, n.23/24/25, out. 2005.

BORRILLO, Daniel. *A homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011*. Secretaria de Direitos Humanos; Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (organizadores). – Brasília, DF, Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I, A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2003

GRUPO GAY DA BAHIA. <http://homofobiamata.wordpress.com/>. Acessado em 20 de janeiro de 2013.

LOURO, Guacira Lopes (org.). *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MARINHO, Marcos Silva e SANTOS, João Diógenes F. da. *Heteronormatividade e Homofobia nos espaços educacionais de Vitória da Conquista/BA*. Disponível em:

<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT05-11.pdf>.

Acesso em 03/03/2013.

PICAZIO, Claudio. *Uma outra verdade: perguntas e respostas para pais e educadores sobre homossexualidade na adolescência*. São Paulo: Editora GLS, 2010.

RELATÓRIO ANUAL DE ASSASSINATOS DE HOMOSSEXUAIS (LGBT), 2012. Disponível em: [www.ggb.org.br](http://www.ggb.org.br) Acessado em 05/05/2013.

TORRES, Marco Antônio. *A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola*. Série Cadernos da Diversidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto: UFOP, 2010.